

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 15/2023, em que é recorrente **Hélder Manuel Duarte da Lomba???**/ **Hélder Cristiano Andrade Vaz???** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 97/2023

(Autos de Amparo 15/2023, Hélder Manuel Duarte da Lomba ???/ Hélder Cristiano Andrade Vaz ??? v. TRS, Aperfeiçoamento por obscuridade na identificação do recorrente; ausência de conclusões e falta de precisão na indicação das condutas impugnadas)

I. Relatório

1. O Senhor Hélder Manuel Duarte da Lomba??/? Senhor Hélder Cristiano Andrade Vaz???, interpõe recurso de amparo constitucional contra o *Acórdão TRS 40/2023, de 22 de março*, com o qual não se conformou, relacionando para tanto, argumentos que podem ser sumarizados da seguinte forma:

1.1. Quanto aos factos:

1.1.1. Na sequência do 1º interrogatório de arguido detido, por decisão do Tribunal da Comarca da Brava, foi-lhe aplicada medida de coação de prisão preventiva e por isso encontra-se preso na cadeia Central do Fogo;

1.1.2. Após as diligências entendidas por convenientes pelo Ministério Público (MP) e dedução de acusação, foi julgado pelo Tribunal da Comarca da Brava que o condenou na pena de prisão de 8 anos pela prática de um crime de abuso sexual de criança, com penetração na forma continuada;

1.1.3. Inconformado com tal sentença intentou recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento;

1.1.4. Entretanto, estando ainda pendente o recurso nesse tribunal, durante uma consulta efetuada pelo seu mandatário aos autos no dia 16-01-2023, este constatou que, na sua perspetiva, a instrução nos presentes autos teria ocorrido com grave violação do art.º 35º, nº 6 e 7, da CRCV e art.º 77º, nº 1, al. b) do CPP, porque o MP teria proferido acusação sem dar cumprimento ao disposto no art.º 305º, nº 2 do CPP.

1.1.5. Por essa razão, no dia 17 de janeiro de 2023, protocolou um requerimento no qual invocou a falta de audiência prévia do requerente por parte do MP, antes de deduzir acusação, por entender que tal omissão constituía nulidade insanável estatuída na alínea k) do art.º 151º do CPP, devendo por isso “ser anulado todo o processado e o processo remetido ao MP para os devidos efeitos”, propugnando ainda a sua soltura, porque já teriam sido esgotados os prazos previstos no art.º 279º, nº1, al. a), b), e c) do CPP.

1.1.6. O TRS indeferiu o recurso do requerente, no essencial, recorrendo a argumentação segundo a qual o arguido havia sido ouvido pelo juiz no primeiro interrogatório judicial e fundamentando no sentido de a não audição do arguido antes da dedução da acusação prevista pelo artigo 305, parágrafo segundo, do CPP, não constituiria nulidade insanável, mas antes uma invalidade que deve ser arguida, nos termos do número 2, alínea c) do mesmo diploma até ao encerramento da ACP ou, caso não haja lugar a esta, até cinco dias após a notificação do despacho que tiver encerrado a instrução. Na medida em que o despacho de acusação ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2022 e o recurso do recorrente invocando a nulidade do despacho de acusação ocorreu no dia 17 de janeiro, entrou quase um ano depois da data em que deveria ter requerido a declaração dessa nulidade.

1.2. Do ponto de vista da análise jurídica,

1.2.1. É seu entendimento que essa fundamentação “afronta e vulnera o direito constitucional de audiência previsto no art.º 35º, nº 6 e 7 da CRCV, conjugado com art.º 77º, nº 1, al. b), art.º 151º, al. d) e art.º 305, nº 2 do CPP”;

1.2.2. Alega que o artigo 151 al. k) do CPP, introduzido pela alteração de 2021 é legitimado, segundo o que ficou assente no preâmbulo desse diploma legal, pela

necessidade de se dar cabal cumprimento ao preceituado no nº 6 do artigo 35º da Constituição da República, e que, “por uma questão de coerência e alinhamento com esta novidade”, foi também alterada a redação do artigo 305 nº 2 do CPP de 2015;

1.2.3. Entende que “no CPP de 2021”, como o denomina, “o legislador quis e condicionou o instrutor do processo à audição prévia do arguido, antes de ser proferida[o] o despacho de acusação, oferecendo provas e requerendo as diligências que se lhe afigurarem necessárias”. Logo, pela forma como se previu e impôs tal incumbência “oferecendo provas e requerendo as diligências que se lhe afigurarem necessárias”, ela não é satisfeita com o 1º interrogatório de arguido detido, porque se tratam de duas diligências distintas e com objetivos diferentes, embora possam ser identificadas algumas semelhanças. Para fundamentar o seu posicionamento remete para a doutrina e pelo defendido pelo Advogado João Félix Cardoso sobre essa questão em: *Especial Complexidade do Processo no Ordenamento Jurídico Cabo-Verdiano* – Iseditorial, 2021, p. 90;

1.2.4. Defende que a tese que vinha sendo largamente defendida pelo Ministério Público de que a audiência antes da acusação não era obrigatória, mas sim facultativa, foi claramente ultrapassada com a alteração do CPP de 2021, tese atualmente interiorizada por esse mesmo MP, pelo menos pelo que ficou patente nos autos de instrução nº 17/2021/2022.

1.3. Alega que, no caso em apreciação, o “Ministério Público, concluiu, a instrução e proferiu o despacho de acusação, sem dar efetivo cumprimento ao direito de audiência do arguido previsto no art.º 35º, nº 6 e 7 da CRCV e no artigo 77º, nº 1, al. b) do CPP, fulminando, aquela peça processual com nulidade insanável nos termos do art.º 151º, [nº] al. d) e k) e art.º 305º, nº 2,” tendo em conta que na data em que foi proferido a acusação já se encontrava em vigor a Lei nº 122/IX/2021.

1.4. Pede que seja anulado o *Acórdão nº 40/2023* do Tribunal da Relação de Sotavento, sejam restabelecidos os direitos do recorrente ao contraditório, à ampla defesa, à audiência, ao processo justo e equitativo e à liberdade sobre o corpo e seja adotada medida provisória determinando a sua soltura imediata.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, o qual, subscrito por sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República, no essencial, ofereceu argumentação no sentido de que:

2.1. Do que se alcança dos autos afigurar-se-ia que os mesmos não teriam condições de admissibilidade por se suscitarem dúvidas sobre a legitimidade do recorrente, pois que, compulsados os autos não seria possível extrair do conteúdo do acórdão impugnado que o ora recorrente - Hélder Cristiano Andrade Vaz – teria sido interveniente processual nos autos do processo ordinário a que se refere, porque quem constaria como recorrente seria o arguido Hélder Manuel Duarte da Lomba;

2.2. Não obstante, acrescenta que no caso em apreço não lhe parece que se teriam esgotado todas as vias de recurso ordinário permitidas pela lei do processo porque as alegadas violações teriam ocorrido com a prolação do acórdão pelo Tribunal da Relação de Sotavento;

2.3. Que, assim sendo, tendo os arguidos sido condenados pelo Tribunal da Relação após a entrada em vigor da *Lei 122/IX/2021, de 1 de abril*, onde se incluiu a alínea i) do artigo 437 e tendo esse mesmo tribunal baixado as penas iniciais para penas inferiores a 8 anos de prisão, não confirmando a decisão de primeira instância, afigurar-se-lhe-ia que a decisão do Tribunal da Relação seria suscetível de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

2.4. Assim sendo, não resultando inequívoco que o recorrente teria legitimidade para interpor recurso de amparo e não tendo sido esgotados todos os meios de defesa de direitos, liberdades e garantias estabelecidas pela lei do processo, afigurar-se-lhe-ia inviabilizada a admissibilidade do presente recurso.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 11 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do*

direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar

essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subseqüentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para

amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão n.º 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, apesar de o requerente ter apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, é notório que a peça não cumpre na sua plenitude a forma prevista na lei, tendo em conta que não foi incluído na mesma um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Além disso, a peça e a sua respetiva instrução padecem de insuficiências evidentes e geram grande confusão.

2.3.5. Desde logo, porque, como se salienta no parecer do Ministério Público, trata-se de recurso em que figura expressamente como recorrente o “Senhor Hélder Cristiano Andrade Vaz”, quando se apresenta uma procuração assinada pelo Senhor Hélder Manuel Duarte da Lomba, a mesma pessoa cujo nome consta do ato judicial recorrido.

2.3.6. Além disso, não se encontra na peça qualquer segmento que possa, formal ou sequer materialmente, ser considerado como conclusões do recurso, uma parte determinante de qualquer peça dessa natureza para efeitos de delimitação do objeto do mesmo.

2.3.7. Talvez por essa razão, não se consegue discernir com a precisão necessária a(s) conduta(s) que pretende impugnar.

3. Nestes termos, tendo em conta todo o exposto, para que se possa dar continuidade ao trâmite do recurso de amparo constitucional, será necessário que o recorrente resolva o problema da sua identificação, insira conclusões à sua peça e precise a(s) conduta(s) que pretende impugnar.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação do recorrente para aperfeiçoar a peça:

- a) Resolvendo o problema da sua identificação, apresentando os dados pertinentes;
- b) Inserindo conclusões à sua peça; e
- c) Precisando melhor a(s) conduta(s) que pretende impugnar.

Registe, notifique e publique.

Praia, 13 de junho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 13 de junho de 2023.

O Secretário,

João Borges